



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATOR – CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

31ª Sessão do Tribunal Pleno de 15/10/2014.

Item 18

Processo: TC-001126/026/11

Prefeitura Municipal: Estância Balneária de Iguape.

Exercício: 2011.

Prefeita: Maria Elizabeth Negrão da Silva.

Procurador de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

O processo trata de pedido de reexame, formulado pela ex-Prefeita do Município da Estância Balneária de Iguape, responsável pela prestação de contas relativa ao exercício de 2011.

A E. Segunda Câmara, em sessão de 16 de julho de 2013, ao apreciar a citada prestação de contas, emitiu parecer prévio desfavorável à sua aprovação, em face da insuficiente liquidação de precatórios; do registro inadequado do valor dos débitos judiciais no Balanço Patrimonial, em ofensa aos princípios da transparência fiscal e da evidenciação contábil; pelo elevado déficit financeiro, equivalente a mais de dois meses de arrecadação; e pela falta de liquidez para amparar os compromissos de curto prazo.

Inconformada com o parecer publicado no DOE de 30 de julho de 2013, a recorrente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

protocolou seu pedido (fls. 126/132), no dia 26 do mês subsequente, portanto, dentro do prazo.

Em síntese, a recorrente dentre outros argumentos, aduz, quanto aos precatórios, que à Administração destacou o valor de R\$ 868.000,00 para pagamento de precatórios. Dando cumprimento a jurisprudência dominante desta E. Corte, incluiu no orçamento anual, dotação suficiente para pagamento de valor equivalente às obrigações inseridas no mapa de requisitórios do próprio exercício, acrescido de mais um décimo, para pagamento de precatórios anteriores.

No entanto, alega que todos os esforços foram em vão, em decorrência dos bloqueios judiciais para efeito de pagamento de precatórios, inclusive de pequena monta, e, que a Prefeitura deixou reservado no orçamento, montante de 10% de sua dívida com precatórios, mas, que não ocorreram os pagamentos ao Tribunal de Justiça por conta dos bloqueios já referidos.

Alega, ainda, que Iguape é município pobre, onde os recursos são escassos e se destinam aos limites impostos pela Constituição, nas áreas da saúde e educação, seguida das áreas sociais.

Com relação ao elevado déficit financeiro e a falta de liquidez para suprir os compromissos de curto prazo, os argumentos da defesa, cinge-se aos restos a pagar não processados, que se cancelados, reduziria a dívida em 32,72% do montante geral



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

e conseqüentemente o déficit financeiro, que foi reduzido de 2010 para 2011.

Instados a se manifestar, **os órgãos técnicos da Casa** (Assessorias de ATJ, Chefia e SDG), **em preliminar, concluem pelo conhecimento do pedido, e, quanto ao mérito, posicionam-se por seu não provimento**, já que as razões da recorrente não foram suficientes para descaracterizar as irregularidades que deram ensejo ao parecer prévio desfavorável.

É O RELATÓRIO.

VOTO

PRELIMINARMENTE, presentes os pressupostos de admissibilidade, **VOTO PELO CONHECIMENTO DO PEDIDO, ORA EM EXAME.**

NO MÉRITO, meu voto acompanha as manifestações unânimes dos Órgãos Técnicos da Casa, do Ministério Público de Contas e de SDG, porquanto as razões recursais foram insuficientes para alterar os fatos norteadores que levaram à emissão do parecer prévio desfavorável.

Quanto ao déficit financeiro elevado, Assessoria de ATJ, às fls. 135/137 dos autos, conclui que os argumentos da defesa não procedem, uma vez que de acordo com a Portaria nº 441/03 da STN, as despesas empenhadas e, ainda não liquidadas, deveriam ser



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

consideradas como liquidadas se inscritas em restos a pagar, caso contrário, deveriam ser canceladas no final do exercício.

No que tange aos precatórios, salientou SDG, que à Administração deveria ter liquidado 1/14 do saldo acumulado dos precatórios, ou seja, R\$ 489.599,86, no entanto, depositou somente R\$ 189.463,62, gerando um déficit de pagamento da ordem de R\$ 300.010,24.

Diz ainda SDG, que os argumentos não procedem também com relação aos bloqueios judiciais, evidenciando a fragilidade das alegações e falta de empenho para pagamento dos precatórios. Finalizando, acrescenta à ausência de registro do respectivo passivo, implicando em desrespeito aos princípios contábeis.

Assim, VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO PEDIDO FORMULADO PELA EX-PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE IGUAPE, RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2011, DEVENDO, CONSEQÜENTEMENTE, SER MANTIDO NA SUA INTEGRA O PARECER PRÉVIO PUBLICADO NO DOE DE 30 DE JULHO DE 2103, JUNTADO ÀS FLS. 125 DOS PRESENTES AUTOS.

É O MEU VOTO.

SÃO PAULO, 15 DE OUTUBRO DE 2014.

**ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO RELATOR**

Alp.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESUMO.

ITEM 18 DA PAUTA

TC - 1126/026/11

O processo em pauta, trata de pedido de reexame, interposto pela ex-Prefeita do Município da Estância Balneária de Iguape, responsável pela prestação de contas relativa ao exercício de 2011.

As razões da Recorrente foram analisadas pelos Órgãos Técnicos da Casa (Assessorias de ATJ, Chefia e SDG) e pelo Ministério Público de Contas, que concluíram, em preliminar pelo seu conhecimento, e, quanto ao mérito, posicionam-se pelo não provimento.

VOTO

Em preliminar, voto pelo conhecimento do pedido, uma vez que presentes os pressupostos de admissibilidade.

No mérito, meu voto acompanha as manifestações unânimes dos órgãos técnicos da Casa e do Ministério Público de Contas, pelo não provimento, já que as razões recursais não foram suficientes para modificar as questões que deram ensejo ao parecer prévio desfavorável.

Mantenho, portanto, em seu todo, o parecer prévio publicado no DOE DCE 30 de julho de 2013, juntado às fls. 125 dos presentes autos.

É O MEU VOTO.

Alp.